

Sumário

1. OBJETO E APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL	13
1.1. OBJETO DA EXECUÇÃO PENAL.....	13
1.1.1. Direito de punir e pretensão punitiva.....	13
1.1.2. Persecução penal.....	14
1.1.3. Execução penal.....	14
1.1.4. Sanção penal.....	14
1.1.4.1. Pena.....	14
1.1.4.2. Medida de segurança.....	16
1.2. FINALIDADES DA EXECUÇÃO PENAL	16
1.3. NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL	17
1.4. PRINCÍPIOS QUE REGEM A EXECUÇÃO PENAL.....	17
1.5. AUTONOMIA DO PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL.....	19
1.5.1. Multa	19
1.5.2. Pena restritiva de direitos.....	20
1.5.3. Pena privativa de liberdade	20
1.5.4. Medida de segurança.....	20
1.6. NATUREZA JURÍDICA DAS DECISÕES PROFERIDAS NA EXECUÇÃO PENAL.....	20
1.6.1. Decisões meramente administrativas.....	20
1.6.2. Decisões jurisdicionais.....	21
1.7. AUTONOMIA DO DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL	21
1.8. DIREITOS DO SENTENCIADO DURANTE A EXECUÇÃO DA PENA.....	22
1.8.1. Exposição de Motivos da Lei de Execução Penal.....	22
1.8.2. Direito à vida	23
1.8.3. Direito à integridade física e moral.....	23
1.8.4. Direito à igualdade	23
1.8.5. Direito de propriedade	24
1.8.6. Direito à liberdade de pensamento e convicção religiosa	24

1.8.7. Direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem	24
1.8.8. Direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra abuso de poder	24
1.8.9. Direito à assistência jurídica.....	25
1.8.10. Direito à educação e à cultura	25
1.8.11. Direito ao trabalho remunerado	25
1.8.12. Direito à indenização por erro judiciário	25
1.8.13. Direito a alimentação, vestuário e alojamento com instalações higiênicas	26
1.8.14. Direito de assistência à saúde	26
1.8.15. Direito à assistência social	26
1.8.16. Direito à individualização da pena.....	26
1.8.17. Direito de receber visitas	26
1.8.18. Direitos políticos.....	26
2. CONDENADO E INTERNADO	28
2.1. ASSISTÊNCIA.....	29
2.2. TRABALHO.....	32
2.2.1. Trabalho interno	33
2.2.2. Trabalho externo.....	34
2.3. DEVERES, DIREITOS E DISCIPLINA.....	35
2.3.1. Deveres do condenado	35
2.3.2. Direitos	35
2.3.3. Disciplina.....	37
2.3.4. Faltas disciplinares.....	38
2.3.5. Faltas graves na pena privativa de liberdade.....	38
2.3.6. Faltas médias e leves	40
2.3.7. Transferência disciplinar de estabelecimento carcerário	40
2.3.8. Aplicação das sanções e recompensas.....	40
2.3.9. Procedimento disciplinar.....	41
2.3.10. Isolamento preventivo e detração	42
2.3.11. Regime disciplinar diferenciado.....	42
3. ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL	44
3.1. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA – ARTS. 62 A 64	44

3.1.1. Composição.....	44
3.1.2. Mandato de seus membros.....	44
3.1.3. Atribuições.....	45
3.2. JUÍZO DA EXECUÇÃO.....	45
3.2.1. Atividade jurisdicional.....	45
3.2.2. Atividade administrativa.....	46
3.2.3. Competência do Juízo da execução.....	46
3.3. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	53
3.3.1. Atribuições.....	54
3.3.2. Jurisprudência.....	54
3.4. CONSELHO PENITENCIÁRIO.....	54
3.4.1. Composição.....	55
3.4.2. Atribuições.....	55
3.5. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO.....	56
3.5.1. Atribuições.....	56
3.5.2. Departamento Penitenciário local (art. 73).....	57
3.5.3. Direção e pessoal dos estabelecimentos penais.....	57
3.6. PATRONATO – ART. 78.....	57
3.6.1. Composição.....	58
3.6.2. Atribuições.....	58
3.7. CONSELHO DA COMUNIDADE – ARTS. 80 E 81.....	58
3.7.1. Composição (art. 80).....	58
3.7.2. Atribuições (art. 81).....	58
3.8. DEFENSORIA PÚBLICA.....	59
4. ESTABELECIMENTOS PENAIS	61
4.1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	61
4.2. PENITENCIÁRIA.....	62
4.3. COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR.....	63
4.4. CASA DO ALBERGADO.....	64
4.5. CENTRO DE OBSERVAÇÃO.....	64
4.6. HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO ...	64
4.7. CADEIA PÚBLICA.....	65
5. EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE.	66
5.1. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....	66

5.1.1. Disposições gerais.....	66
5.1.2. Regimes	68
5.1.2.1. Regimes penitenciários da pena privativa de liberdade.....	68
5.1.2.2. Regimes penitenciários da pena de reclusão	69
5.1.2.3. Regimes penitenciários iniciais da pena de detenção.....	69
5.1.2.4. Regime fechado na pena de detenção.....	70
5.1.2.5. Regime inicial na pena de prisão simples.....	71
5.1.2.6. Regras do regime fechado	71
5.1.2.7. Regras do regime semiaberto	72
5.1.2.8. Regras do regime aberto.....	77
5.1.3. Soma e unificação de penas para aplicação da regra do concurso de crimes.....	81
5.1.3.1. Unificação de penas para fixar limite máximo de cumprimento.....	82
5.1.3.2. Detração penal.....	83
5.1.3.3. Jurisprudência.....	88
5.1.4. Noções introdutórias sobre progressão de regime	88
5.1.4.1. Progressão de regime	89
5.1.4.2. Progressão de regime nos crimes previstos na Lei n. 8.072/90	90
5.1.4.3. Progressão de regime no crime de tortura – a questão do art. 1º, § 7º, da Lei n. 9.455/97	95
5.1.4.4. Progressão por salto.....	96
5.1.4.5. Falta de vaga no regime semiaberto	97
5.1.4.6. Preso provisório e progressão de regime.....	97
5.1.4.7. Requisitos para a progressão	98
5.1.4.8. <i>Habeas corpus</i> e progressão	99
5.1.4.9. Manifestação do Ministério Público e do defensor	99
5.1.5. Regressão de regime.....	99
5.1.5.1. Hipóteses de regressão.....	99
5.1.6. Remição	101
5.1.6.1. Remição penal	102
5.2. PENAS ALTERNATIVAS EM GERAL.....	103

5.2.1. Antecedente histórico	103
5.2.2. Objetivo fundamental das Regras de Tóquio	104
5.2.3. Medidas alternativas	104
5.2.4. Classificação das medidas alternativas.....	104
5.2.5. Penas alternativas.....	104
5.2.6. Penas alternativas consensuais	104
5.2.7. Penas alternativas não consensuais	105
5.2.8. Diferença entre penas alternativas e medidas alternativas	105
5.2.9. Alternativas penais	105
5.2.10. Lei n. 9.714/98	105
5.2.10.1. Natureza do elenco legal das penas alternativas	106
5.2.10.2. Objetivos da Lei n. 9.714/98.....	106
5.2.10.3. Modificação na tendência de recrudescimento do sistema penal brasileiro.....	106
5.2.10.4. Competência para aplicação da lei nova mais fa- vorável.....	107
5.2.10.5. Condenação posterior à pena privativa de liber- dade.....	107
5.2.10.6. Conversão da pena alternativa em privativa de liberdade	108
5.2.10.7. Regime aberto e <i>sursis</i>	108
5.2.10.8. Regimes fechado e semiaberto	108
5.2.10.9. Não pagamento da multa substitutiva ou vica- riante, por devedor solvente.....	109
5.2.10.10. Tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade resultante de conversão.....	109
5.2.10.11. Classificação das infrações penais segundo o grau de lesividade, para incidência do sistema alternativo.....	110
5.2.11. Classificação das penas alternativas	110
5.2.11.1. Penas restritivas de direitos	111
5.2.11.2. Pena de multa	127
5.3. MEDIDAS DE SEGURANÇA	134
5.3.1. Conceito	134
5.3.2. Finalidade	135
5.3.3. Sistemas.....	135

5.3.4. Pressupostos.....	135
5.3.5. Prática do crime	135
5.3.6. Periculosidade	135
5.3.7. Espécies de medida de segurança.....	136
5.3.7.1. Medida de segurança detentiva	136
5.3.7.2. Medida de segurança restritiva.....	137
5.3.8. Possibilidade de aplicação de medida de segurança de- tentiva (internação em hospital de custódia e tratamento) em crime apenado com detenção.....	137
5.3.9. Conversão do tratamento ambulatorial em internação..	138
5.3.10. A Lei de Drogas e a inaplicabilidade do art. 97 do Cód- igo Penal	138
5.3.10.1. Semi-imputável (art. 98 do Código Penal)	138
5.3.10.2. Medida de segurança e <i>reformatio in pejus</i> (Sú- mula 525 do Supremo Tribunal Federal)	139
5.3.11. Inimputabilidade do menor de 18 anos.....	139
5.3.12. Competência para revogar a medida de segurança	139
5.3.13. Medida de segurança e detração	139
5.3.14. Relatório psiquiátrico do estabelecimento penal	139
5.3.15. Laudo sem fundamentação e impreciso	139
5.3.16. Procedimento para execução da medida de segurança...	140
5.3.17. Aplicação provisória da medida de segurança	140
5.3.18. Prescrição e medida de segurança.....	140
5.3.19. Conversão da pena em medida de segurança.....	141
5.3.20. Superveniência de doença mental.....	142
6. INCIDENTES DA EXECUÇÃO	143
6.1. EXCESSO OU DESVIO	143
6.1.1. Legitimação para suscitar o incidente	143
6.2. ANISTIA, GRAÇA E INDULTO	143
6.2.1. Anistia.....	143
6.2.1.1. Conceito	143
6.2.1.2. Espécies	144
6.2.1.3. Competência para a concessão	144
6.2.1.4. Revogação	144
6.2.1.5. Efeitos.....	144
6.2.1.6. Crimes insuscetíveis de anistia	145

6.2.2. Indulto e graça em sentido estrito	145
6.2.2.1. Conceito	145
6.2.2.2. Competência para a concessão	145
6.2.2.3. Efeitos	145
6.2.2.4. Formas	145
6.2.2.5. Indulto condicional	146
6.2.2.6. Recusa da graça ou indulto	146
6.2.2.7. Procedimento do indulto individual	146
6.2.2.8. Procedimento do indulto coletivo	146
6.2.2.9. Momento da concessão	147
6.2.2.10. Crimes insuscetíveis de graça ou indulto	147
7. PROCEDIMENTO JUDICIAL.	149
7.1. INICIATIVA	149
7.2. PROCESSAMENTO	149
7.3. AGRAVO EM EXECUÇÃO	149
8. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.	151
8.1. SIGILO NA EXECUÇÃO	151
8.2. USO DE ALGEMAS	151
8.3. CRIMINOSO POLÍTICO E TRABALHO	153
8.4. FOLHA CORRIDA, ATESTADOS E CERTIDÕES	153
8.5. LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	154
8.5.1. Instalações, equipamentos e serviços	154
8.5.2. Vigência	154
9. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	155
9.1. SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	155
9.2. SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	155
9.3. SÚMULAS VINCULANTES	157
9.4. JURISPRUDÊNCIA	157
9.4.1. Rito e prazo do agravo em execução	157
9.4.2. Mandado de segurança para conferir efeito suspensivo (jurisprudência anterior à Lei n. 12.016/2009)	158
9.4.3. Transferência do preso – Juízo competente	159
9.4.4. Detração penal	161
9.4.5. Exame criminológico	161
9.4.6. Extinção da punibilidade	163

9.4.7. Incidente de conversão de pena.....	164
9.4.8. Indulto	164
9.4.9. Lei mais benigna	166
9.4.10. Livramento condicional.....	167
9.4.11. Medida de segurança.....	170
9.4.12. Ministério Público	171
9.4.13. Execução penal – progressão de regime.....	172
9.4.14. Regime aberto domiciliar.....	185
9.4.15. Regressão de regime.....	186
9.4.16. Regressão cautelar de regime	188
9.4.17. Regime disciplinar diferenciado.....	189
9.4.18. Remição (jurisprudência anterior à Lei n. 12.433, de 29 de junho de 2011)	189
9.4.19. Remoção de condenado – ausência de direito subjetivo do sentenciado.....	191
9.4.20. Saída temporária.....	192
9.4.21. Suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099/95)....	194
9.4.22. Trabalho externo.....	195
9.4.23. Trabalho externo e crime hediondo (jurisprudência anterior à Lei n. 11.464/2007)	195
9.4.24. Permissão independentemente do cumprimento de um sexto da pena	197
9.4.25. Unificação de penas.....	198
Referências	201